

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	14
2 Base de preparação das demonstrações financeiras	16
3 Sumário das principais práticas contábeis	17
3.1 Estimativas e julgamentos críticos	17
3.2 Conversão de moeda estrangeira	17
3.3 Caixa e equivalentes de caixa	17
3.5 Ativos não financeiros	20
3.6 Contas a receber de clientes	21
3.7 Impostos a recuperar e a recolher	21
3.8 Ativos intangíveis	21
3.9 Imobilizado	21
3.10 Ativo mantido para venda	22
3.11 Fornecedores e outras contas a pagar	22
3.12 Empréstimos e financiamentos	22
3.13 Provisões	23
3.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23
3.15 Capital social	23
3.16 Resultado por ação - básico e diluído	24
3.17 Distribuição de dividendos	24
3.18 Informação por segmento	24
3.19 Demonstrações do valor adicionado	24
3.20 Reconhecimento de receita	24
3.21 Operações descontinuadas	24
3.22 Novas normas contábeis	25
4 Caixa e equivalentes de caixa	25
5 Contas a receber de clientes	25
6 Impostos a recuperar (ativo) e impostos e contribuições a recolher (passivo)	26
7 Outras contas a receber	29
8 Imobilizado	29
9 Intangível	30
10 Empréstimos e financiamentos	31
11 Fornecedores	32
12 Obrigações sociais e trabalhistas	32
13 Adiantamento de clientes	32
14 Imposto de renda e contribuição social	32
15 Patrimônio líquido	33
16 Receita operacional líquida	34
17 Custos dos serviços prestados	35
18 Despesas comerciais, administrativas e gerais	35
19 Resultado financeiro líquido	36
20 Reconciliação do cálculo do ir/cs à alíquota efetiva	36
21 Provisão para contingências	36
22 Remuneração da administração e dos empregados	37
23 Segmentos operacionais	37
24 Instrumentos financeiros	38
25 Cobertura de seguros (não auditado)	41
26 Eventos subsequentes	42
27 Relatório da Administração	43
28 Parecer do conselho de administração	49
29 Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	50
29 Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	51

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
DTCOM - Direct to Company S.A.
Quatro Barras - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da DTCOM - Direct to Company S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DTCOM - Direct to Company S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 7, a Companhia reconheceu como despesa do resultado do exercício o montante de R\$ 533 mil da rubrica ISS a restituir. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, pleiteou administrativamente a restituição ou compensação desse valor junto à autoridade tributária municipal onde está seu domicílio fiscal, por entender que teria sofrido bitributação ao recolher este imposto para o município do seu domicílio fiscal, e, ao mesmo tempo, ter sofrido retenção desse imposto no ato do pagamento por um de seus clientes. Contudo, a falta de evidências de recuperabilidade deste montante, já estava indicada no exercício de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, ainda assim a administração procedeu com a baixa do valor contra o resultado do exercício no período corrente. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o respectivo patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins comparativos, estão apresentados a maior e a menor, respectivamente, em R\$ 533 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Como mencionado na Nota Explicativa no.1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi afetada pelos impactos decorrentes da pandemia do Coronavírus, com redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Esses fatores, fizeram com que a Companhia incorresse em prejuízo líquido de R\$ 272.000 (R\$ 4.818.000 em 2021) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e apresentasse excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 1.143.000 (R\$ 4.146.000 em 2021) e prejuízo acumulado de R\$ 68.413.000 (R\$ 68.141.000 em 2021), que consumiu o total do patrimônio líquido da Companhia no exercício findo nesta data, resultando em uma posição de passivo a descoberto no montante de R\$ 40.000 (R\$ 232.000 positivo em 2021). A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração, sendo difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
(a) Reconhecimento de receita A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta. Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas, incluindo a análise de contratos, documentos fiscais e comprovantes de liquidação financeira; (iii) confirmação externa de uma amostra de títulos de contas a receber junto aos clientes da Companhia; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativas nº 5 e 16. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações estão adequadas.
(b) Acervo técnico De acordo com a nota explicativa nº 9, a Companhia possui registrado no ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico no montante de R\$ 2.869 mil, decorrentes da capitalização de gastos com desenvolvimento de conteúdo e cursos, os quais foram reconhecidos em exercícios anteriores e são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, entre as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações incluída na nota explicativa nº 9.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

DTCOM - Direct to Company S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	501	1.155	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	256	511
Contas a receber de clientes (Nota 5)	1.905	2.088	Fornecedores (Nota 11)	101	96
Impostos a recuperar (Nota 6)	861	1.385	Impostos e contribuições a recolher (Nota 6)	3.527	5.830
Adiantamentos a fornecedores	1	20	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 12)	729	852
Outras contas a receber (Nota 7)	1.414	21	Adiantamento de clientes (Nota 13)	503	300
Despesas do exercício seguinte	93	84	Outras contas a pagar	802	1.310
Total do ativo circulante	4.775	4.753	Total do passivo circulante	5.918	8.899
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável e Longo Prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	978	1.241
Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.071	3.071	Impostos e contribuições a recolher (Nota 6)	4.712	4.774
	3.071	3.071	Total do passivo não circulante	5.690	6.015
Imobilizado (Nota 8)	35	1.375	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
Intangível (Nota 9)	3.687	5.947	Capital social realizado (Nota 15. a)	68.223	68.223
	3.722	7.322	Reserva de capital (Nota 15. b)	150	150
Total do ativo não circulante	6.793	10.393	Prejuízos acumulados	(68.413)	(68.141)
			Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(40)	232
TOTAL DO ATIVO	11.568	15.146	TOTAL DO PASSIVO	11.568	15.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita operacional líquida (Nota 16)	9.769	9.576
Custo dos serviços prestados (Nota 17)	<u>(7.497)</u>	<u>(7.428)</u>
Lucro bruto	<u>2.272</u>	<u>2.148</u>
Despesas operacionais (Nota 18)		
Despesas administrativas e gerais	(1.570)	(2.705)
Despesas com vendas	(701)	(1.116)
Honorários da administração	(853)	(1.160)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(70)</u>	<u>(1.951)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(922)</u>	<u>(4.784)</u>
Receitas financeiras (Nota 19)	1.702	42
Despesas financeiras (Nota 19)	<u>(1.052)</u>	<u>(867)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(272)</u>	<u>(5.609)</u>
Lucro proveniente das Operações descontinuadas	-	791
Prejuízo do período	<u>(272)</u>	<u>(4.818)</u>
Quantidade de milhares de ações ao final do período	11.131	11.131
Prejuízo por ação no final do período (Nota 14.d)	(0,0244)	(0,4328)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(272)</u>	<u>(4.818)</u>
Resultado abrangente do exercício	(272)	(4.818)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	55.246	12.977	150	193	(63.516)	5.050
Prejuízo do exercício					(4.818)	(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)			-	-
Realização da reserva de reavaliação				(193)	193	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.223	-	150	-	(68.141)	232
Prejuízo do exercício					(272)	(272)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.223	-	150	-	(68.413)	(40)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Prejuízo do exercício	(272)	(4.818)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.316	4.243
Processo judicial Intelig (Nota 7)	(1.322)	-
Ganho decorrente de novo parcelamento (Nota 6)	(1.702)	-
Baixa ISS a restituir (Nota 6)	533	-
IRPJ e CSSL diferidos	-	(99)
Juros bancários	-	115
Juros sobre parcelamentos tributários	-	(150)
Atualização do valor receber sobre precatório	-	1.300
Provisão para contingências	-	(71)
Valor residual do ativo intagível baixado	196	599
Valor residual do ativo imobilizado baixado	880	842
Baixa de ativo mantido para venda	-	(151)
Perda (ganho) na venda do ativo imobilizado	(16)	-
	<u>613</u>	<u>1.810</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	183	(556)
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	194
Adiantamentos a fornecedores	19	57
Outras contas a receber	(71)	24
Despesas do exercício seguinte	(9)	4
Outros Créditos	-	54
	<u>113</u>	<u>(223)</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	5	(2.086)
Impostos e contribuições a recolher	(663)	(694)
Obrigações sociais e trabalhistas	(123)	(271)
Outras contas a pagar	(508)	1.025
Passivo de arrendamento	-	(1.347)
Adiantamento de clientes	203	(977)
	<u>(1.086)</u>	<u>(4.350)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(360)</u>	<u>(2.763)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(405)	(1.136)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(113)	-
Disponibilidades líquidas provenientes (aplicadas) nas atividades de financiamentos	<u>(518)</u>	<u>(1.136)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Venda de ativo disponível para venda	-	1.500
Aquisição de ativo imobilizado	(6)	-
Venda de ativo imobilizado	230	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>224</u>	<u>1.500</u>
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(654)</u>	<u>(2.399)</u>
Disponibilidade no início do exercício	1.155	3.554
Disponibilidade no final do exercício	501	1.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DTCOM - Direct To Company S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstrações do valor adicionado

	31.12.2022	31.12.2021
1. Receitas		
1.1. Serviços prestados	9.812	11.483
1.2. Outras receitas operacionais	70	723
	9.882	12.206
2. Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.872	6.411
	4.872	6.411
3. Valor adicionado bruto (1-2)	5.010	5.795
4. Depreciação, amortização e exaustão	2.316	4.259
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	2.694	1.536
6. Valor adicionado recebido em transferência		
6.1. Receitas financeiras	1.702	42
	1.702	42
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	4.396	1.578
8. Distribuição do valor adicionado		
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta	2.739	4.325
8.1.2. Benefícios	663	711
8.1.3. FGTS	171	164
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais	35	238
8.2.2. Municipais	8	52
8.3. Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1. Juros	738	541
8.3.2. Aluguel	-	39
8.3.3. Outras despesas financeiras	314	326
8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.4.1. Prejuízo do período	(272)	(4.818)
	4.396	1.578

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico.

A Companhia realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico e acadêmico, a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).

A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 1.143, um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 40 e um prejuízo no exercício de R\$ 272.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na premissa de continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e de passivos e compromissos no curso normal dos negócios. A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui ações futuras planejadas, bem como premissas relevantes do setor da macroeconômico. As premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras.

As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração e apresentadas ao Conselho de Administração para 2023, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los, também há possibilidade de contrair mútuos juntos aos seus acionistas, caso necessário.

Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas:

- Conseguiu negociação com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras parte do o ISS a pagar e ISS a restituir, sem incorrer em juros de atualização, estando o saldo remanescente em análise da prefeitura, que pode resultar na compensação de cerca de R\$ 530 mil;
- Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos;

- Não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores;

- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações, sustentada, também na percepção da solidificação cada vez maior de alunos procurando aulas remotas, situação que foi acelerada com o advento da pandemia do COVID-19

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro. Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Após quase três anos do início da pandemia que trouxe desafios na vida das pessoas, modificou relações e até criou barreiras, ainda são muitas as dúvidas que surgem a respeito do que esperar do cenário futuro.

Com isso, novos modelos de trabalho, como o home office ou híbrido (presencial e home office), se tornaram uma necessidade para todos no país. A partir deste cenário, nossos colaboradores tiveram que se adaptar a esses modelos e enxergar novas realidades em relação a produtividade e mudança de local de trabalho.

A pandemia acelerou transformações que estavam em curso nas Companhias há algum tempo como a digitalização cada vez maior dos processos e rotinas. O investimento em tecnologia e inovação, dinâmicas online e a incorporação do home office mostraram-se alternativas de emergência em meio à crise do coronavírus, mas que chegam para ficar neste novo normal que estamos construindo.

Mas não é só em relação à realização de mudanças no ambiente organizacional que as empresas deverão estar preparadas. O advento da Covid resgatou a importância da responsabilidade social dos negócios, do olhar para fora dos muros e de ter uma postura mais humanizada, empática, colaborativa e solidária.

A pandemia causada pelo coronavírus foi responsável por modificar não só a vida social das pessoas, como também o modelo de ensino. O Ensino à Distância (EaD) já existia como modelo alternativo cuja principal característica é o acesso ao ensino à distância. Com a pandemia, as atividades educacionais foram readaptadas para o ensino remoto emergencial, inicialmente sem um planejamento definido. Com o avanço da pandemia, fez-se necessário adaptar sistema de ensino utilizado atualmente para que todos os alunos continuassem o processo de aprendizagem.

Dentro dessas transformações, é fato que o meio virtual ganhou maior força e relevância. Dessa forma, muitas instituições vêm apostando na educação digital e híbrida.

O ensino híbrido é mais uma tendência forte da transformação digital na educação para o cenário pós-pandemia.

Ensino híbrido é uma modalidade que acontece em parte na escola e em parte no ambiente virtual.

Com a pandemia, toda estrutura de ensino migrou para o digital, acelerando o processo de utilização do meio digital no ensino.

Essa migração forçada fez as escolas e faculdades empregarem todos os seus esforços na adaptação dos métodos de ensino para o virtual o mais rápido possível.

Essa configuração, no futuro, vai transformar também como a dinâmica de ensino de uma escola é desenhada, onde a Companhia entra para oferecer seus cursos.

Até a emissão desta demonstração financeira, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2022 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração considera que o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração da Companhia autorizou em 28 de março de 2023, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Contábeis Adotados no Brasil e nos IFRS requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

- (a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“provisão para *impairment* do contas a receber”) (Nota 5);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada. Também revisa a recuperação do valor do precatório a receber, cuja natureza original são faturas de prestação de serviços emitidas contra o Estado de Sergipe.

- (b) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 8).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que levam em conta a estimativa de receita a ser gerada nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras, quando realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

vi. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a recolher é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recolhidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. E juros são apropriados ao passivo quando o pagamento ocorre após o vencimento de cada imposto.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de "deemed cost" constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.10 Ativo mantido para venda

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

3.11 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme Nota 15 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.16 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.18 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

3.19 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.20 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.21 Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos

atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

3.22 Novas normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não permite a adoção antecipada no Brasil.

- Alteração IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras). Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações, que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo nestas demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Recursos em caixa e depósitos bancários	438	323
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	63	832
	501	1.155

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 103% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber têm um prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2022	31.12.2021
Públicos	29	20
Privados	4.947	5.139
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	4.976	5.159
Circulante	1.905	2.088
Não circulante	3.071	3.071
	4.976	5.159

Como critério para constituição da PECLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e não identificou a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022.

O saldo no ativo não circulante refere-se ao recebível junto ao Estado de Sergipe. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde a R\$ 3.071. A DTCOM contratou empresa especializada para calcular a atualização do valor do precatório e apurou que em 31 de dezembro de 2022, teria direito a receber cerca de R\$ 3.797. O valor histórico dos débitos somados é de aproximadamente R\$ 2.249. Baseado em consultas realizadas aos seus assessores jurídicos e nas análises internas, a administração concluiu que o atual saldo contábil já reflete uma provisão para perdas em relação ao valor total, compatível com percentuais observáveis no mercado e com a atual estimativa de perda aceitável, caso houvesse uma negociação de recebimento imediata.

A idade dos títulos a receber está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2022	31.12.2021
A Vencer	1.772	2.082
Vencido com atraso de:	-	-
01 a 30 dias	29	6
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	52	-
90 a 180 dias	52	-
Mais de 180 dias	3.071	3.071
	4.976	5.159

6 IMPOSTOS A RECUPERAR (ATIVO) E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (PASSIVO)

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

Ativo - a recuperar:	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a restituir	745	736
ISS a restituir	-	533
Outros	116	116
	861	1.385

Na rubrica de ISS a restituir, estavam registrados os valores de ISS pagos ao município de Quatro Barras-PR referente a prestação de serviços para cliente de outro município, o qual, reteve parte dos pagamentos a título de tributação de ISS no município onde está localizada a sede da Companhia. A Administração com apoio dos seus assessores jurídicos entendeu que sofreu bitributação por este serviço e pleiteou administrativamente a restituição ou compensação destes valores, tendo obtido êxito parcial, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a prefeitura reconheceu parte deste crédito no valor de R\$ 266 e autorizou a Companhia a abater dívida de parcelamento junto ao município de Quatro Barras-PR. No primeiro trimestre de 2022, após a administração reavaliar o assunto com seus assessores jurídicos, pela falta de perspectiva de recuperar o saldo remanescente de R\$ 533, procedeu com a baixa do valor contra o resultado do exercício, na conta de outras despesas operacionais.

Passivo - a recolher:	31.12.2022	31.12.2021
Tributos federais (i)	2.800	2.722
Tributos municipais	125	137
Parcelamento de tributos federais (i)	4.970	7.086
Parcelamento de tributos estaduais	290	605
Parcelamento de tributos municipais	54	54
	8.239	10.604
Circulante	3.527	5.830
Não circulante	4.712	4.774
	8.239	10.604

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar, decorrentes de tributos a recolher aos governos.

Abaixo apresentamos os saldos de tributos federais e parcelamento de tributos federais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo - a recolher:	31.12.2022	31.12.2021
Tributos federais (i)		
IRPJ a pagar	2.144	2.102
CSLL a pagar	488	488
Fust/Funtell	81	74
Outras	87	58
	2.800	2.722
Parcelamento de tributos federais (i)		
Parcelamento Simplificado Fust/Funtell	26	2.369
Parcelamento Simplificado INSS	-	4.717
Parcelamento novo Federal LEI Nº 13.988/2020	2.044	-
Parcelamento novo INSS LEI Nº 13.988/2020	2.900	-
parcelamento de Tributos federais (i)	4.970	7.086

Em 26 de dezembro de 2022, a Companhia formalizou seu pedido de Acordo de Transação Individual, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em conformidade com a Lei 13.988/2020 e portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022 pleiteando a renegociação dos valores e prazos dos Parcelamentos Simplificados de débitos federais e previdenciários.

Como parte deste novo pedido e em atendimento a legislação, a Companhia desistiu de seus antigos parcelamentos vigentes com o objetivo de aderir a esta nova transação tributária.

Em 23 de março de 2023, foi concedido à Companhia a redução de multas e juros em seus parcelamentos federais (Pis/Cofins/CSLL e IRF) e Parcelamento INSS, bem como acordado novo prazo de pagamento, a ser pago em 60 parcelas mensais. A Companhia realizou o primeiro pagamento no dia 24 de março de 2023. O quadro abaixo demonstra o benefício de redução:

	Valor antes do Benefício Lei LEI Nº 13.988/2020	Valor após do Benefício Lei LEI Nº 13.988/2020
Parcelamento de tributos federais (i)	2.163	2.044
Parcelamento Simplificado Pis/Cofins/ IRF e CSLL	4.367	2.900
Parcelamento Simplificado INSS		
	6.530	4.944

Como resultado da redução da multa, juros e encargos moratórios, a Companhia reconheceu em dezembro de 2022, o montante de R\$ 1.702, reconhecido na rubrica de receita financeira.

7 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Ativo - Outras Contas a Receber	31.12.2022	31.12.2021
Processos judiciais - administrativo / cível		
Intelig Telecomunicações Ltda	1.322	-
Outros	92	21
	1.414	21

Em 7 de dezembro de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, decidiu em sentença transitado em julgado favoravelmente à Companhia ação de rescisão contratual cumulada com indenização por perdas e danos contra a Intelig Telecomunicações Ltda. em razão de problemas de conexão ocorridos na prestação de serviço junto a cliente da Companhia. A condenação foi pelo pagamento de multa no valor de R\$ 250.229,95 quantia a ser corrigida monetariamente pela média do INPC e do IGP-DI a partir da data da rescisão do contrato, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data da citação. Em 19 de janeiro de 2023, foi protocolada a Petição de Solicitação a Execução, requerendo a instauração de cumprimento de sentença da quantia líquida. A contabilização do ganho foi reconhecida em contrapartida a conta de “outras receitas (despesas) operacionais” no resultado.

8 IMOBILIZADO

(a) Composição

		31.12.2022			31.12.2021		
	Vida Útil	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
Móveis e utensílios	10a.	-	-	-	1.069	(977)	92
Equipamentos de som e imagem	10a.	-	-	-	8.705	(8.586)	119
Equipamentos de recepção e transmissão	10a.	-	-	-	11.929	(10.931)	998
Equipamentos de informática	5a. e 10a.	69	(34)	35	2.691	(2.569)	122
Outros itens	10a.	-	-	-	441	(397)	44
		69	(34)	35	24.835	(23.460)	1.375

(b) Movimentação do Imobilizado

	31.12.2021			31.12.2022
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis e utensílios	1.069	-	(1.069)	-
Equipamentos de som e imagem	8.705	-	(8.705)	-
Equipamentos de recepção e transmissão	11.929	-	(11.929)	-
Equipamentos de informática	2.691	6	(2.628)	69
Outros itens	441	-	(441)	-
	24.835	6	(24.772)	69
Depreciação	(23.460)	(242)	23.668	(34)
Total Imobilizado	1.375	(236)	(1.104)	35

Conforme aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2022, a Companhia procedeu com a baixa de bens do ativo imobilizado, em razão do encerramento dos contratos de arrendamento, tendo gerado, portanto, contrapartida contra as contas de arrendamento no passivo.

Com o resultado do encerramento do segmento de negócio do Teleporto, reestruturação das operações administrativas na modalidade *home office* com a consequente descontinuidade de utilização de bens administrativos.

9 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Taxa anual de amortização	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido
Software	10a.	1.905	(1.087)	818	3.642	(2.248)	1.394
Acervo (i)	5a. e 10a.	12.478	(10.310)	2.168	12.478	(8.946)	3.532
Gastos com desenvolvimento de projetos	10a.	4.298	(3.597)	701	4.298	(3.277)	1.021
		18.681	(14.994)	3.687	20.418	(14.471)	5.947

- (i) O acervo ou acervo técnico é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização.

Produção

Na etapa de produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de desenvolvimento/produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do Intangível

	31.12.2021			31.12.2022
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	3.642	-	(1.737)	1.905
Acervo Técnico	12.478	-	-	12.478
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.298	-	-	4.298
	20.418	-	(1.737)	18.681
Amortização	(14.471)	(2.074)	1.551	(14.994)
Total Intangível	5.947	(2.074)	(186)	3.687

Em 2021, a Companhia analisou e revisou os itens componentes do seu ativo intangível, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente que tivessem indícios de não recuperabilidade. De modo geral, a administração analisou se os cursos pertencentes ao acervo técnico poderiam ser remodelados e atualizados para continuarem sendo oferecidos em sua plataforma. Durante o processo de revisão, foram identificados itens do acervo técnico e de certos gastos com desenvolvimento de projetos cuja remodelação não seria viável economicamente e que estavam em situação de imparidade. Tal situação levou a baixa de parte do acervo no exercício de 2021.

A Companhia projetou 5 anos de resultado, considerando premissas de crescimento da receita e custos anuais médios de aproximadamente de 5%, acrescidos da inflação e utilizou uma taxa de desconto de 11,90%. O resultado das projeções de fluxo de caixa, ajustadas a valor presente, não indicaram perdas.

Em 2022, a Companhia procedeu com a baixa de softwares que estavam relacionados diretamente aos itens vendidos ou sucateados do ativo imobilizado e a descontinuidade da utilização destes ativos vinculados ao segmento do "teleporto", para os quais não se espera benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2022		31.12.2021	
				Não		Não
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<u>Empréstimos</u>						
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	21	-	271	-
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	235	978	240	1.241
			256	978	511	1.241

Devido às medidas de controle de caixa e custos, bem como por meio da venda do seu terreno, a administração da Companhia, reduziu seu endividamento bancário, cujo saldo totaliza R\$ 1.234 em 31 de dezembro 2022 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2021).

(a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Vencimentos</u>	<u>Valores</u>
2023	256
2024 em diante	<u>978</u>
	<u>1.234</u>

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel pertencente a alguns dos sócios controladores, bem como aval dos membros do Conselho de Administração.

11 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde a R\$ 102 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2021).

12 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Salários a Pagar	116	123
INSS a pagar	316	321
Provisão de férias e 13º salário e encargos	250	266
Outros	<u>47</u>	<u>142</u>
	<u>729</u>	<u>852</u>

13 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Companhia é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde a R\$ 503 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2021).

14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência

de histórico de rentabilidade, e na incerteza da disponibilidade de lucros tributáveis futuros. Este crédito tributário potencial não reconhecido, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é assim resumido:

	31.12.2022		Total	31.12.2021		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		59.839			58.428	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	59.839			58.428		
Base de cálculo	59.839	59.839		58.428	58.428	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	14.960	5.386	20.345	14.607	5.259	19.866
Crédito tributário potencial não registrado	14.960	5.386	20.345	14.607	5.259	19.866

15 PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223 mil, divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

(b) Reserva de capital

O saldo de reserva de capital foi constituído no passado e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações.

(c) Reserva de reavaliação

Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação foi realizada neste exercício devido à baixa dos bens reavaliados.

(d) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do período	(272)	(4.818)
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	11.131
Lucro (prejuízo) por ação no final do período	(0,0244)	(0,4328)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(261)	(4.623)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	10.680	10.680
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(24,44)	(432,86)
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(11)	(195)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	450	450
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(24,47)	(433,47)

16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	9.812	9.660
Total das Receitas Operacionais	9.812	9.660
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(43)	(84)
Total das deduções	(43)	(84)
Total das Receitas Operacionais, Líquidas	9.769	9.576

17 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(1.153)	(1.858)
. Produção de conteúdo/gravação	(3.450)	(2.778)
. Depreciações e amortizações	(2.305)	(1.966)
. Serviços de terceiros	(559)	(710)
. Energia Elétrica	(30)	(116)
Total dos custos dos serviços prestados	(7.497)	(7.428)

18 DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(886)	(1.239)
. Depreciações e amortizações	(10)	(286)
. Serviços de terceiros	(550)	(1.032)
. Honorários da Administração	(853)	(1.160)
. Impostos e taxas administrativas	(124)	(148)
Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração	(2.423)	(3.865)
<u>Despesas com vendas</u>		
. Pessoal	(681)	(942)
. Serviços de assessoria e consultoria	(2)	(18)
. Serviços de terceiros	(16)	(151)
. Depreciações e amortizações	(2)	(5)
Total das despesas comerciais	(701)	(1.116)
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Outras receitas (despesas) operacionais	(70)	(1.951)
Total das outras receitas (despesas) operacionais	(70)	(1.951)

Em 2021, na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” estão inclusos os seguintes efeitos, principalmente: (i) perda por revisão da expectativa de realização dos recebíveis de Sergipe no montante de R\$ 1.300 (Nota 5); ii) a baixa de itens do ativo intangível (Nota 10) no montante de R\$ 1.404; e (iii) o ganho obtido com a venda do terreno (Nota 27) no montante de R\$ 1.651.

Em 2022, o principal efeito é o reconhecimento de R\$ 1.322 do processo judicial de cobrança da Intelig Telecomunicações Ltda, conforme nota explicativa nº 7.

19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros pagos ou incorridos	(625)	(426)
Juros sobre empréstimos	(113)	(115)
Multas	(113)	(158)
Outros	(201)	(168)
	<u>(1.052)</u>	<u>(867)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Descontos obtidos e rendimento de aplicações	<u>1.702</u>	<u>42</u>
	<u>1.702</u>	<u>42</u>
Resultado financeiro	650	(825)

20 RECONCILIAÇÃO DO CÁLCULO DO IR/CS À ALÍQUOTA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da Contribuição Social	(272)	(4.818)
Alíquota nominal vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto à alíquota vigente	92	1.638
Ajustes:		
Despesas indedutíveis para fins de imposto de renda	(150)	(154)
Exclusões do Período:		
Receita a Realizar	370	180
Créditos de impostos não reconhecidos	<u>(312)</u>	<u>(1.663)</u>
Total Devido	-	-

21 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

A Companhia não possui processos judiciais em curso passíveis de provisionamento ou divulgação em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro 2021.

22 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 29 de abril de 2022 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200 mil para o exercício de 2022.

A remuneração dos diretores estatutários em 31 de dezembro de 2022 foi R\$ 853 (R\$ 1.160 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

(a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

23 SEGMENTOS OPERACIONAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas e Teleporto.

31.12.2021					
	Operações continuadas				Operação descontinuada
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total	Teleporto
Receita Bruta	7.176	790	1.694	9.660	1.823
(-) Impostos	-	(31)	(53)	(84)	(205)
(-) Custos Variáveis	(2.297)	(281)	(293)	(2.871)	(827)
(=) Margem de Contribuição	4.879	478	1.349	6.706	791
%	68%	60%	80%	69%	43%
(-) Custos fixos:					
					(1.235)
					(1.578)
					(2.321)
					(4.703)
					(3.131)

31.12.2022					
	Operações continuadas				Operação descontinuada
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total	Teleporto
Receita Bruta	7.922	765	1.126	9.813	-
(-) Impostos	(4)	-	(40)	(44)	-
(-) Custos Variáveis	(3.034)	(351)	(251)	(3.636)	-
(=) Margem de Contribuição	4.884	414	835	6.133	-
%	62%	54%	74%	62%	-
(-) Custos fixos:					
					(835)
					(1.863)
					(1.972)
					(2.316)
					(853)

(a) Teleporto (Operação descontinuada)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia desativou e descontinuou as atividades do segmento operacional "Teleporto".

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Composição dos saldos

Os valores constantes as contas patrimoniais, com instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada em 31 de dezembro de 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros não derivativos	31.12.2022			31.12.2021		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	501	-	501	1.155	-	1.155
Contas a receber de clientes	1.905	3.071	4.976	2.088	3.071	5.159
Outras contas a receber	1.414	-	1.414	21	-	21
	<u>3.820</u>	<u>3.071</u>	<u>6.891</u>	<u>3.264</u>	<u>3.071</u>	<u>6.335</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	256	978	1.234	511	1.241	1.752
Fornecedores	102	-	102	96	-	96
	<u>358</u>	<u>978</u>	<u>1.336</u>	<u>607</u>	<u>1.241</u>	<u>1.848</u>

- (1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.
- (2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Derivativos

A Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Hierarquia do valor justo

Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia.

(c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

ii. Risco de Liquidez

A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de dezembro de 2022 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. As taxas estão demonstradas conforme o percentual do cenário considerado pela administração.

OPERAÇÃO	TAXA MÉDIA DE JUROS	RISCO	ATIVO (PASSIVO) POSIÇÃO EM 31.12.2022	CENÁRIO PROVÁVEL	RISCO DE REDUÇÃO		RISCO DE AUMENTO		
					CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	
CDI					2,38%	2,00%	1,00%	2,98%	3,50%
Aplicação Financeira	103% da CDI	Flutuação do CDI	63	1	1	1	2	2	
TJLP					4,55%	4,00%	3,00%	5,69%	6,00%
Empréstimos									
BRDE - SC	TJLP + 0,54% a.m	Flutuação do TJLP	(21)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	Flutuação do TJLP	(1.213)	(55)	(49)	(36)	(69)	(73)	

v. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2022	31.12.2021
Total de Empréstimos (nota 9)	1.234	1.752
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(501)	(1.155)
Dívida Líquida	733	597
Total do Patrimônio Líquido	(40)	232
Total do Capital	693	829
Índice de alavancagem financeira	106%	72%

25 COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2022	31.12.2021
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	6.070	6.070
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou internamente e em razão da inexistência de processos judiciais em curso ou julgados anteriormente com relação aos temas julgados, concluiu que a decisão do STF não resulta em qualquer impacto em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1. Mensagem da Administração

A retomada das atividades em todo mundo foi um dos grandes marcos de 2022. Após três anos desde a identificação dos primeiros casos da Covid-19, as restrições de isolamento perderam força e impactaram diretamente no desempenho da Economia. Ainda assim, entendemos que 2022 foi um ano desafiador para as Companhias, por conta da elevação do custo de vida, taxas de juros elevadas, guerra no Leste Europeu e incertezas políticas. Apesar deste contexto difícil, obtivemos bons resultados o que demonstra a resiliência do nosso modelo de negócios.

Acreditamos em nossa capacidade de superação frente aos desafios que o cenário macroeconômico nos apresenta, agradecemos a todos que têm nos ajudado a fazer da DTCOM a maior empresa de desenvolvimento e produção de conteúdo digital, os acionistas, por sua continuada confiança em nossa capacidade de criar valor a longo prazo; nossos colaboradores, por sua dedicação e comprometimento com os resultados; nossos fornecedores, por sua parceria; e nossos clientes, que preferem nossas marcas e nos desafiam constantemente na busca da superação em qualidade, inovação e criatividade.

2. Quem Somos

Quando o assunto é educação, a DTCOM larga na frente. São 23 anos de história e pioneirismo na transmissão de conhecimento – o que nos rendeu o título de maior empresa de desenvolvimento e produção de conteúdo digital do país após a fusão com a FabriCO em 2016.

Atuando com tecnologias educacionais, possuímos uma divisão especializada em plataformas e conteúdos educacionais. Contamos com equipes multidisciplinares e com foco educacional, que buscam potencializar a capacidade dos seus clientes, sempre com entregas de qualidade.

Desde 2000 na Bovespa, a DTCOM desenvolve processos com transparência e solidez e conta com um time de renome no conselho de acionistas, que depositam sua confiança em nossos resultados.

A DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).



Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional.

3. Onde atuamos

Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo.



4. Estrutura Societária

O capital social, subscrito e integralizado é de 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

5. Performance no mercado de ações

A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3.



6. Conselho de Administração - CA

É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) ano, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem sempre que necessário. A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

7. Diretoria

É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio.

Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "ad judicia", não poderá ser superior a 1 (um) ano.

8. Desempenho econômico-financeiro

A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizares do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto.

Identificou-se um leve aumento do nível de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de 9.660 em 2021 para R\$ 9.812 em 2022. A Companhia considera o desempenho deste exercício

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como positivo face os desafios que o ano de 2022 impôs ao mercado. Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações.

O desempenho financeiro reflete um cenário já previsto pela Administração, visto o cenário econômico brasileiro, marcado por instabilidades e incertezas, os indicadores macroeconômicos demonstraram queda significativa no volume de investimentos e retração da economia.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	<u>9.812</u>	<u>9.660</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>9.812</u>	<u>9.660</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	<u>(43)</u>	<u>(84)</u>
Total das deduções	<u>(43)</u>	<u>(84)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>9.769</u>	<u>9.576</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Total de Empréstimos (nota 9)	1.234	1.752
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(501)</u>	<u>(1.155)</u>
Dívida Líquida	<u>733</u>	<u>597</u>
Total do Patrimônio Líquido	(40)	232
Total do Capital	<u>693</u>	<u>829</u>
Índice de alavancagem financeira	106%	72%

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 1.143, um patrimônio líquido (passivo à descoberto) de R\$ 40 e um prejuízo no exercício de R\$ 272.

Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas:

- Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos;
- Não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores;
- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações, sustentada, também na percepção da solidificação cada vez maior de alunos procurando aulas remotas, situação que foi acelerada com o advento da pandemia do COVID-19

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de impairment sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2022 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

Os diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras e por captação junto aos seus acionistas.

	31.12.2022	31.12.2021
Total do passivo circulante	5.918	8.899
Total do passivo não circulante	5.690	6.015
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(40)	232
TOTAL DO PASSIVO	11.568	15.146

9. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55) (41)3671-9000, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou cristiane@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor

10. Recursos Humanos

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização.

A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores.

A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios.

11. Relacionamento com Auditores Independentes

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a DTCOM informa que a Mazars Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2022. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

12. Agradecimentos

A Administração renova os agradecimentos aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada na Companhia, pois é essa parceria que nos motiva a trilhar sempre o caminho da excelência, e aos Integrantes, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência, essenciais para o alcance de nossas conquistas e resultados. Nossos agradecimentos também se estendem aos Acionistas, pelo apoio na concretização dos projetos estratégicos da Companhia, e que são fundamentais para o seu fortalecimento.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Dtcom Direct to Company S/A., em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho de Administração opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Quatro Barras, 29 de março de 2023.

Leonardo Petrelli Neto

Presidente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, nos termos do inciso artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2022.

Quatro Barras, 29 de março de 2023.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos do inciso artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada,

Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício 2022, contidas nesse relatório.

Quatro Barras, 29 de março de 2023.